

***A UTILIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELAS
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS***

***THE USE OF ACCOUNTING STATEMENTS BY SMALL AND MEDIUM-SIZED
ENTERPRISES***

***Recebido: 30/06/2015 – Aprovado: 19/10/2015 – Publicado: 1/12/2015
Processo de Avaliação: Double Blind Review***

Thaís Gomes Belmonte¹

Graduada em Ciências Contábeis

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP

thaisgbelmonte@msn.com

Fernando de Almeida Santos

Doutor em Ciência Sociais Aplicada

Professor do Programa de Mestrado de Ciências Contábeis e Atuariais

RESUMO

A NBC TG 1000 insere as pequenas e médias empresas no processo de harmonização das normas contábeis internacionais, assim, a norma traz a exigibilidade da apresentação anual de um conjunto completo de demonstrações por parte dessas empresas. Nota-se a complexidade das exigências considerando que as demonstrações financeiras são, em sua grande maioria, elaboradas apenas para o atendimento das exigências da fiscalização. O objetivo do trabalho consiste em identificar as demonstrações financeiras utilizadas pelos pequenos e médios empresários na gestão de seus negócios e verificar a contribuição da NBC TG 1000 para a superação dos novos desafios propostos às empresas de pequeno e médio porte. Este trabalho é uma pesquisa exploratória dedutiva. Para realização, além da pesquisa bibliográfica foram elaborados dois questionários: um aplicado a pequenos e médios empresários e outro a contadores que atendam à empresas desse porte, para identificar quais demonstrações financeiras são utilizadas no cotidiano do pequeno e médio empresário. Nas considerações finais, conforme a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, foi realizada uma análise comparativa entre as demonstrações exigidas pela nova NBC TG 1000 e, as demonstrações utilizadas pelos pequenos e médios empresários no processo de gestão, a fim de identificar a suficiência de informações obtidas das demonstrações financeiras hoje utilizadas e as agregadas pelas demonstrações exigidas pela norma.

Palavras-Chave: NBC TG 1000. PME. Harmonização. Decisão.

ABSTRACT

¹ Autor para correspondência: Pontifícia da Universidade Católica SP – PUC-SP

Rua Monte Alegre 1212– bairro Perdizes – São Paulo -SP, 05014-901.

The General Technical Brazilian Standard (NBC TG) 1000 inserts small and medium enterprises in the process of harmonization of international accounting standards, thus the standard brings the liability of the annual presentation of a complete set of statements by these companies. It is possible to notice the complexity of the requirements considering that the financial statements are, for the most part, designed only to meet the inspection requirements. The objective is to identify the financial statements used by small and medium entrepreneurs in managing their businesses and check the NBC TG 1000 contribution to overcoming the new challenges proposed to small and medium-sized businesses. This paper is a deductive exploratory research. To perform, in addition to literature, two questionnaires were produced: one of them applied to small and medium entrepreneurs and the other to accountants that serve companies of this size, in order to identify which financial statements are used in the small and medium entrepreneur's everyday. In the final considerations, according to the literature and the case study, a comparative analysis of the statements required by the new NBC TG 1000 and the statements used by small and medium entrepreneurs in the management process was conducted in order to identify the sufficiency of information obtained from the financial statements used today and aggregate from the statements required by the standard.

Keywords: NBC TG 1000. SMEs. Harmonization. Decision.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho aborda a utilização da informação contábil pelos pequenos e médios empresários e a possível contribuição da NBC TG 1000 para o processo de gestão.

O objetivo do trabalho consiste em identificar as demonstrações financeiras utilizadas pelos pequenos e médios empresários na gestão de seus negócios e verificar a contribuição da NBC TG 1000 para a superação dos novos desafios propostos às empresas de pequeno e médio porte.

Este trabalho considera a hipótese de que as demonstrações financeiras utilizadas no cotidiano de micro e pequenos empresários não lhe fornecem informações suficientes a um gerenciamento adequado de seus negócios, e de que as demonstrações financeiras exigidas na NBC TG 1000 agregam qualidade no processo de gestão e contribuem para a perenidade das micro e pequenas empresas.

As empresas de pequeno porte cada dia mais mostram sua importância para a economia e é notória a sua função social. No Brasil elas são responsáveis por 98% dos estabelecimentos formalizados, 67% dos empregados com carteira assinada do setor privado, 20% do produto interno bruto e 56% das exportações, segundo dados divulgados pelo SEBRAE em 2006 (2012)

Esse cenário mostra que o Brasil possui uma grande capacidade de desenvolvimento socioeconômico por meio da evolução do setor.

Segundo pesquisa realizada pela GEM (Global Entrepreneurship Monitor), que no Brasil é feita pelo IBQP (Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade) e coordenada pela Babson College dos Estados Unidos, Universidad Del Desarrollo Global Entrepreneurship Research Association , há nove anos, revela que entre os 17 países membros do G20 que ENIAC Pesquisa, Guarulhos (SP), v. 4, n. 2, jul.-dez. 2015.

participaram da pesquisa em 2010, o Brasil é o que possui a maior TEA (taxa de empreendedorismo em estágio inicial) seguido pela China, com 14,4% e a Argentina com 14,2.

A pesquisa supracitada também revela que no Brasil para cada três empresas iniciadas uma é por necessidade, ou seja, por falta de melhores oportunidades profissionais, o que tem por consequência um elevado número de empresas administradas por empresários sem conhecimento adequado do negócio e principalmente do processo de gestão.

Conforme Marion (2009, p. 25): “Frequentemente os responsáveis pela administração estão tomando decisões, quase todas importantes, vitais para o sucesso do negócio. Por isso, há necessidade de dados, de informações corretas, de subsídios que contribuam para uma boa tomada de decisões.”

E partindo desse princípio, coloca-se em questão a adequabilidade das ferramentas utilizadas pelos pequenos empresários no processo de tomada de decisões econômico-financeiras, assim como a interpretação e aplicação das informações corretas na gestão de seus negócios. Santos e Veiga (2014, p.7) ressaltam o cenário de desafios previsto para os pequenos empresários e evidenciam a importância do preparo do gestor para a condução da empresa:

As micro, pequenas e médias empresas, para os próximos anos, têm muitos desafios. Isto pode ser demonstrado pelo número de empresas que encerram suas atividades anualmente no Brasil. Essas empresas encerram suas atividades por vários motivos, desde a falta de uma gestão gerencial adequada, falta ou dificuldade de obter crédito das instituições financeiras, problemas de ordem fiscal ou tributária, à falta de preparo dos gestores.

Por conta disso, a existência das MPEs brasileiras, é marcada por um alto índice de encerramentos. Segundo o Indicador Serasa Experian Falências e Recuperações, de janeiro de 2005 à abril de 2012, 94,3% das falências decretadas eram de micro e pequenas empresas.

No Brasil há, também, hoje um grande movimento de novas normas e procedimentos que visam a harmonização da contabilidade brasileira com os padrões internacionais de contabilidade estabelecidos pela IFRS. Assim, não menos envolvidas à esse processo, estão as MPEs.

A resolução CFC Nº. 1.255/09, alterada pela resolução CFC n.º 1.329/11, aprovou a NBC TG 1000- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que trata da convergência e harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB e promove o uso dessas normas em demonstrações contábeis e outros relatórios financeiros. Tem como um de seus objetivos melhorar a capacidade do usuário de tomar decisões econômicas eficientes.

Não há de se ignorar também que a harmonização com os padrões internacionais é relevante para evidenciação dos negócios brasileiros aos investidores estrangeiros, que terão maior poder de compreensão e conseqüente segurança para aplicação de seus recursos.

Com um mercado globalizado e as oportunidades que são criadas pelo comércio exterior é de extrema relevância que a pequena empresa esteja preparada para se beneficiar com a oportunidade de conquistar clientes em mercados externos e importar produtos/serviços com alto valor agregado. Para isso, a compreensão das demonstrações financeiras no padrão internacional possibilita maior transparência sobre a segurança da transação e os aspectos econômicos nela envolvidos.

2. NBC TG – 1000²

Amenabar (2000, p.16) apresenta o significado da harmonização para os padrões de contabilidade:

Harmonização Contábil é o processo através do qual vários países, de comum acordo, realizam mudanças nos seus sistemas e normas contábeis, para torná-los compatíveis, partindo de uma teoria geral de contabilidade e um marco conceitual comum que fundamente suas normas respeitando as características de cada país.

Este é um importante processo em meio ao atual cenário globalizado, segundo Neves e Viceconte (2009, p. 519):

A convergência para as normas internacionais de contabilidade objetiva facilitar a análise dos investidores internacionais, pois a necessidade de manusear diversas demonstrações financeiras com várias normas distintas e diferenciadas dificultava sobremaneira a comparação das mesmas e, conseqüentemente, a aplicação dos recursos pelos investidores residentes ou domiciliados em outros países. Assim a convergência é uma contribuição da classe contábil ao crescimento da economia global, pois viabiliza o fluxo de capitais e os investimento oriundos do exterior.

Santos e Veiga (2014, p.25) apresentam o paradigma da questão:

Muitas micro, pequenas ou médias empresas no Brasil, infelizmente, apenas elaboram as demonstrações obrigatórias pela legislação para atender às exigências fiscais. Este fato pode reduzir a competitividade das empresas nacionais ou dificultar que elas visualizem ou aproveitem oportunidades ao não se apropriarem de informações relevantes que constam na contabilidade.

Contudo as demonstrações financeiras em uma empresa possuem um papel muito mais abrangente do que apenas a prestação de contas ao fisco, de acordo com Marion (2009, p.26):

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumando-os em

2

forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisão.

A resolução CFC N.º 1.255/09 alterada pela resolução CFC n.º 1.329/11 aprovam a NBC TG 1000- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas que traz em sua seção 2, o objetivo das demonstrações financeiras em empresas de pequeno e médio porte:

2.2 O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.

2.3 Demonstrações contábeis também mostram os resultados da diligência da administração – a responsabilidade da administração pelos recursos confiados a ela.

A harmonização das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais de contabilidade vem sendo discutida avidamente desde o início da década de 90. De acordo com Peleias e Bacci (2004, p. 47):

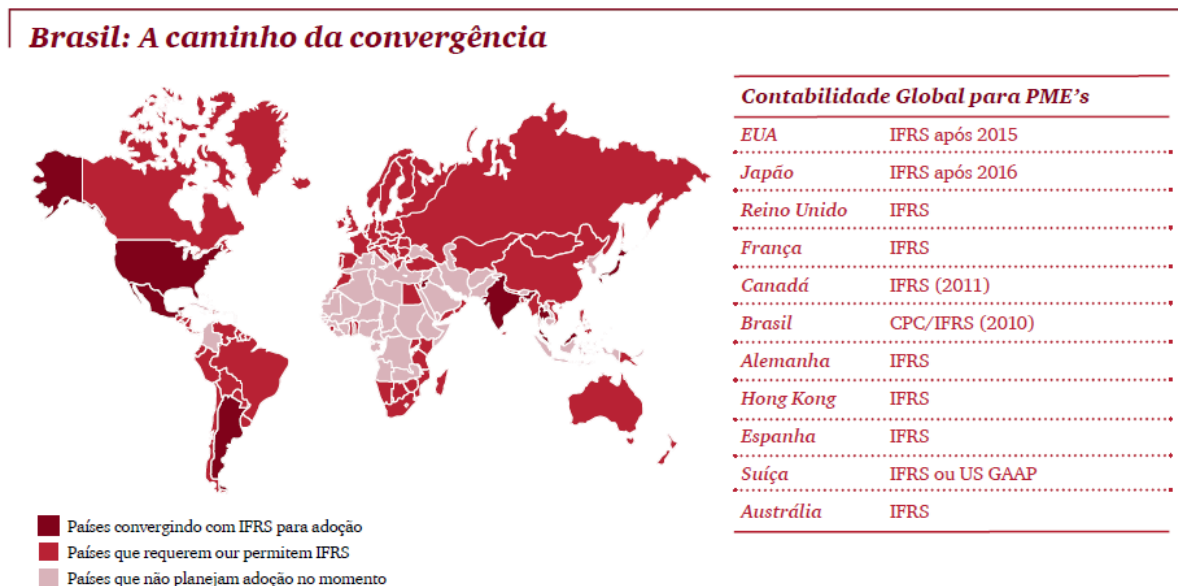
A primeira exigência legal brasileira sobre padronização veio com a Lei n.º 1083 e o Decreto n.º 2679, ambos de 1860 e já abordados neste trabalho. Entretanto, a primeira discussão sobre harmonização e padronização contábil no Brasil com a participação da classe contábil ocorreu em 1926, e as primeiras alterações na regulamentação ocorreram em 1940, com os Decretos – Lei n.º 2.416/40 e 2627/40, com inovações significativas: o primeiro com normas sobre a contabilidade Pública dos Estados e Municípios, e segundo tratando das sociedades anônimas.

Considerando o disposto, iniciou-se em 2007, a harmonização à IFRS, primeiramente para companhias abertas e empresas de grande porte, com a promulgação da Lei 11.638/07, conhecida como Nova Lei das S/A.

A obrigatoriedade para a adoção das IFRS pelas micro e pequenas empresas não poderia ser diferente em virtude de sua importância no cenário econômico brasileiro já vista neste trabalho.

Então, com a conseguinte instituição do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por fim, foi publicada a NBC TG 1000 - Contabilidade para as pequenas e médias empresas e o respectivo pronunciamento técnico, CPC – PME, elaborado a partir do *The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities* (IFRS for SMEs) do IASB, Resolução CFC n.º 1.255/09, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em dezembro de 2009, tornou obrigatória a sua aplicação por todas as pequenas e médias empresas desde 2010, assim sendo, o Brasil se torna um dos primeiros países a harmonizar a contabilidade de PMEs aos padrões internacionais.

Quadro 1: Brasil: A Caminho da Convergência.



Fonte: www.pwc.com/br - publicação outubro/2010- “CPC/IFRS no Brasil CPC PME (IFRS SME) a Nova Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”

A NBC TG 1000 destina a utilização por pequenas e médias empresas, e caracteriza as PMEs da seguinte forma:

- (a) não têm obrigação pública de prestação de contas; e
- (b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

Ressalva ainda que uma empresa tem obrigação pública de prestação de contas quando:

- (a) seus instrumentos de dívida ou patrimoniais são negociados em mercado de ações ou estiverem no processo de emissão de tais instrumentos para negociação em mercado aberto (em bolsa de valores nacional ou estrangeira ou em mercado de balcão, incluindo mercados locais ou regionais); ou
- (b) possuir ativos em condição fiduciária perante um grupo amplo de terceiros como um de seus principais negócios. Esse é o caso típico de bancos, cooperativas de crédito, companhias de seguro, corretoras/distribuidoras de títulos, fundos mútuos e bancos de investimento.

Em resumo, as sociedades por ações fechadas sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de terceiros, mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações contábeis, são consideradas, como pequenas e médias empresas, desde que não enquadradas pela Lei nº. 11.638/07 como sociedades de grande porte. As sociedades

limitadas e demais sociedades comerciais, desde que não enquadradas pela Lei nº. 11.638/07 como sociedades de grande porte, também são classificadas como pequenas e médias empresas, para o Pronunciamento Técnico em questão.

A NBC TG 1000 em seu texto, conforme já supracitado, aborda o termo “demonstrações contábeis para fins gerais” e esclarece o seguinte:

P4 Os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações são projetados para serem aplicados às demonstrações contábeis para fins gerais e outros relatórios financeiros de todas as empresas com fins lucrativos. As demonstrações contábeis para fins gerais são dirigidas às necessidades comuns de vasta gama de usuários externos à entidade, por exemplo, sócios, acionistas, credores, empregados e o público em geral. O objetivo das demonstrações contábeis é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (demonstração do resultado) e fluxos de caixa da entidade, que seja útil aos usuários para a tomada de decisões econômicas.

P5 Demonstrações contábeis para fins gerais são aquelas direcionadas às necessidades de informação financeira gerais de vasta gama de usuários que não estão em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação. As demonstrações contábeis de uso geral incluem aquelas que são apresentadas separadamente ou dentro de outro documento público como um relatório anual ou um prospecto.

A NBC TG 1000 ressalva ainda, quanto ao equívoco que pode haver ao utilizar o conceito:

P8 As PMEs muitas vezes produzem demonstrações contábeis apenas para o uso de proprietários-administradores ou apenas para o uso de autoridades fiscais ou outras autoridades governamentais. Demonstrações contábeis produzidas apenas para esses propósitos não são, necessariamente, demonstrações contábeis para fins gerais.

P9 As leis fiscais são específicas, e os objetivos das demonstrações contábeis para fins gerais diferem dos objetivos das demonstrações contábeis destinadas a apurar lucros tributáveis. Assim, não se pode esperar que demonstrações contábeis elaboradas de acordo com este Pronunciamento para PMEs sejam totalmente compatíveis com as exigências legais para fins fiscais ou outros fins específicos. Uma forma de compatibilizar ambos os requisitos é a estruturação de controles fiscais com conciliações dos resultados apurados de acordo com este Pronunciamento e por outros meios.

Portanto, é importante diferenciar as demonstrações contábeis para fins fiscais das demonstrações contábeis para fins gerenciais, assim como reconhecer que as demonstrações contábeis de que trata a NBC TG 1000 apresentam informações mínimas relevantes ao processo de tomada de decisão, assim sendo, a sua adoção e a compreensão por parte, principalmente, dos empresários administradores é a porta para a maturidade das pequenas e médias empresas brasileiras.

3. DEMONSTRATIVOS EXIGÍVEIS PELA NBC TG 1000

Os demonstrativos obrigatórios para as pequenas e médias empresas, conforme a NBC TG 1000, são os seguintes:

- **Balanco Patrimonial**

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil composta de importantes informações econômico-financeiras de uma entidade, segundo Neves e Viceconti (2009, p. 76): “É a demonstração que tem por objetivo expressar os elementos financeiros e patrimoniais de uma entidade, através da apresentação ordenada de suas aplicações de recursos (ativo) e das origens desses recursos (passivo)”

Para Marion (2009, p. 44):

É a principal demonstração contábil. Reflete a posição financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado. É como se tirássemos uma foto da empresa e víssemos de uma só vez todos os bens, valores a receber e valores a pagar em determinada data.

A expressão *balanço patrimonial* tem sua origem no conceito de balança, como colocam Santos e Veiga (2014, p. 29). Esse conceito que reflete a ideia de equilíbrio e igualdade resume muito bem a função dessa demonstração, que é trazer em sua estrutura de forma organizada a confrontação das origens de todas as aplicações da entidade.

O Balanço Patrimonial é composto por Ativo, Passivo e Patrimônio líquido, dispostos conforme descreve Marion (2009, p. 45):

O Balanço Patrimonial (BP) é constituído de duas colunas: a coluna do lado direito, denominada Passivo e Patrimônio Líquido, a coluna do lado esquerdo, denominada Ativo. A razão de se atribuir o lado esquerdo para o Ativo e o direito para o Passivo e Patrimônio Líquido é mera convenção. Pela Lei das Sociedades por Ações o lado direito é denominado apenas Passivo.”

- **Demonstração do Resultado do Exercício**

A demonstração do resultado do exercício tem por objetivo fornecer o resultado final da operação da empresa dentro de um determinado período, evidenciando os elementos que o compuseram. Nas palavras de Matarazzo (2007, p. 45):

A demonstração do resultado é uma demonstração dos aumentos e reduções causados no patrimônio líquido pelas operações da empresa. As receitas representam normalmente aumento do ativo, através de ingresso de novos elementos, como duplicatas a receber ou dinheiro proveniente das transações. Aumentando o ativo, aumenta o patrimônio líquido. As despesas representam redução do patrimônio líquido, através de um entre dois caminhos possíveis: redução do ativo ou aumento do passivo exigível.

A DRE se apresenta de forma dedutiva, ou seja, na vertical, somando e subtraindo elementos até o resultado final, como define Neves e Viceconti (2009, p. 373):

APRESENTAÇÃO: de forma dedutiva (vertical), iniciando-se com a Receita Bruta (total), da qual são deduzidos os custos correspondentes, originando o Resultado Bruto; a seguir, são deduzidas as despesas operacionais para atingir-se o Lucro Operacional, ao qual serão adicionados ou subtraídos os valores correspondentes aos resultados não-operacionais apurando-se o Resultado do Exercício Antes da Contribuição Social Sobre o Lucro e Imposto de Renda. Subtraindo-se o valor das provisões para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e para o Imposto de Renda e o valor das participações nos lucros, chega-se ao Resultado Final, que será denominado Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício.

Matarazzo (2007, p. 45) enfatiza o fato de que a Demonstração do Resultado do Exercício apresenta apenas o fluxo econômico e não o fluxo monetário (fluxo de dinheiro), trata-se de uma peça de caráter eminentemente econômico, ou seja, tem relação com a riqueza e não com os aspectos financeiros: “*Para a demonstração do Resultado não importa se uma receita ou despesa tem reflexos em dinheiro, basta apenas que afete o patrimônio líquido.*”

- **Demonstração do Resultado Abrangente**

A demonstração do resultado abrangente é uma extensão da Demonstração do Resultado do Exercício, conforme explicam Santos e Veiga (2014, p. 72-73):

A demonstração do resultado abrangente do exercício (DRA) é elaborada a partir do resultado líquido da DRE com os outros resultados abrangentes, que correspondem à total modificação no patrimônio líquido, que não seja constituída pelas transações de capital entre a entidade e seus sócios, como, por exemplo, o aumento ou diminuição do capital social, a distribuição de lucros ou a compra e venda de ações e quotas próprias dos sócios.

De acordo com Iudícibus (2010, p. 482/483) os componentes dos resultados abrangentes incluem:

- a) variações na reserva de reavaliação quando permitidas legalmente.
- b) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecidos, conforme item 93 A da NBC, CPC 33, sobre Benefícios a empregados;
- c) ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;
- d) ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remuneração de ativos financeiros disponíveis para venda;
- e) ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de hedge em hedge de fluxo de caixa.

O item 3.18 da NBC TG 1000 permite que a entidade apresente a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados no lugar da demonstração do resultado abrangente e da demonstração das mutações do patrimônio líquido, desde que as únicas alterações no seu patrimônio líquido durante os períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas derivam do resultado, de pagamento de dividendos ou de outra forma de distribuição de lucro, correção de erros de períodos anteriores, e de mudanças de políticas contábeis.

- **Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

A Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido Segundo Santos e Veiga (2014, p. 80): “A *DMPL* é um demonstrativo contábil que visa evidenciar as variações ocorridas em todas as contas que compõem o patrimônio líquido da entidade em determinado período”.

Conforme afirma Matarazzo (2007, p. 47):

Enquanto a Demonstração do resultado evidencia como se chegou ao total do aumento ou diminuição do patrimônio líquido em decorrência de transações já efetuadas pela empresa, expurgando o inchaço causado pela inflação, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido mostra toda e qualquer variação em qualquer conta. Em vista disso, essa última serve muito mais como elemento complementar do que como peça através da qual pode-se obter informação, no sentido em que foi definida informação no capítulo 1, ou seja, comunicação capaz de gerar reação em quem a recebe e possibilitar a tomada de decisões

De acordo com a NBC TG 1000, item 6.3, essa demonstração deve conter:

- (a) o resultado e os outros resultados abrangentes do período, demonstrando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e a participação dos não controladores;
- (b) para cada componente do patrimônio líquido, os efeitos da aplicação retrospectiva ou correção retrospectiva reconhecida de acordo com a Seção 10 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- (c) para cada componente do patrimônio líquido, a conciliação entre o saldo no início e no final do período, evidenciando separadamente as alterações decorrentes:
 - (i) do resultado do período;
 - (ii) de cada item dos outros resultados abrangentes;
 - (iii) dos valores de investimentos realizados pelos proprietários, e dividendos e outras distribuições para eles, demonstrando separadamente ações ou quotas emitidas, de transações com ações ou quotas em tesouraria, de dividendos e outras distribuições aos proprietários, e de alterações nas participações em controladas que não resultem em perda de controle.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido pode ser substituída pela Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados, de acordo com a NBC TG 1000 item 3.8, quando as únicas alterações no seu patrimônio líquido durante os períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas derivarem do resultado, de pagamento de dividendos ou de outra forma de distribuição de lucro, correção de erros de períodos anteriores, e de mudanças de políticas contábeis.

- **Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados**

A Demonstração dos Lucros e Prejuízos tem por objetivo, conforme Neves e Viceconti (2009, p. 377):

Demonstrar a movimentação da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, revelando os eventos que influenciaram as mutações do seu saldo. Essa demonstração deve, também, revelar o dividendo por ação do capital realizado e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Conforme a NBC TG 1000 item 6.5, ela deve conter:

- (a) lucros ou prejuízos acumulados no início do período contábil;
- (b) dividendos ou outras formas de lucro declarados e pagos ou a pagar durante o período;
- (c) ajustes nos lucros ou prejuízos acumulados em razão de correção de erros de períodos anteriores;
- (d) ajustes nos lucros ou prejuízos acumulados em razão de mudanças de práticas contábeis;
- (e) lucros ou prejuízos acumulados no fim do período contábil.

Ambas as demonstrações contribuem para uma visão das razões para as alterações no patrimônio líquido em determinado período. No entanto, enquanto a DLPA trata exclusivamente de uma só conta do patrimônio líquido a DMPL trata-o de forma completa.

Iudícibus (2007, p. 48) afirma que:

Ao contrário da DLPA (Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados) que fornece a movimentação, basicamente, de uma única conta do patrimônio líquido (lucros acumulados), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia a movimentação de diversas (todas) contas do PL ocorrida durante o exercício. Assim, como todo acréscimo e diminuição, bem como para a formação e utilização das reservas (inclusive aquelas não originadas por lucro).

- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta as movimentações ocorridas no grupo disponível da empresa entre dois exercícios sociais consecutivos, conforme afirmam Neves e Viceconti (2009, p. 382). Ainda, de acordo com os autores, o grupo disponível representa os recursos de liquidez imediata, ou seja, as contas caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Em resumo, segundo Marion (2010, p. 55):

A Demonstração dos Fluxos de Caixa indica, no mínimo, as alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. Essa demonstração será obtida de forma direta (a partir da movimentação do caixa e equivalentes de caixa) ou de forma indireta (com base no lucro/ prejuízo do exercício). As práticas internacionais dispõem que essa demonstração seja segregada em três tipos de fluxo de caixa: os fluxos das atividades operacionais, das atividades de financiamento e das atividades de investimentos.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa reporta três tipos de atividades de fluxo de caixa:

- Atividades operacionais: são normalmente apresentadas em primeiro lugar na demonstração, seguidas das atividades de investimento e financiamento, representam a geração de caixa da atividade objeto da empresa. Conforme Iudícibus (2010, p. 569):

O montante dos fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais é um indicador de como a operação da empresa tem gerado suficientes fluxos de caixa para amortizar empréstimos, manter a capacidade operacional da entidade, pagar dividendos e juros sobre o capital próprio e fazer novos investimentos sem recorrer às fontes externas de financiamento. Envolvem todas as atividades relacionadas com a produção e entrega de bens e serviços e os eventos que não sejam definidos como atividades de investimento e financiamento. Normalmente, relacionam-se com as transações que aparecem na Demonstração de Resultados.

- Atividades de Investimento: trata-se, em síntese, dos aumentos e diminuições ocorridos nos ativos de longo prazo, ou seja, no ativo não circulante. Segundo (Warren 2008, p.470): *“Os fluxos de caixa das atividades de investimento normalmente aumentam com a compra de ativos fixos, investimentos e ativos intangíveis.”*

Assim, também, afirma Marion (2009, p. 56): *“ Referem-se ao não circulante da empresa. Quando uma empresa compra máquinas, ações, prédios etc., reduz o caixa. Quando uma empresa vende esses itens, aumenta o caixa.”*

- Atividades de financiamento: De acordo Marion (2009, p. 452):

Além da capacitação de recursos provenientes dos proprietários da empresa (sócios ou acionistas) por meio do capital social, toda captação de empréstimos e outros recursos deverá ser incluída nesse grupo. A remuneração ao capital próprio em forma de distribuição de lucro (dividendos – juros de capital próprio em forma de distribuição de lucro e a amortização dos empréstimos serão parcelas subtrativas nesse grupo.

Assim Santos e Veiga (2014, p.96) resumem:

Os recursos totais provêm de duas fontes:

- capital próprio;
- capital de terceiros.

O capital próprio se origina dos recursos dos proprietários, sócios e acionistas da entidade, por meio da constituição do capital social e de novas integralizações para aumento de capital.

O capital de terceiros é obtido pelos empréstimos, financiamentos bancários e obtenção de outros recursos.

As parcelas que se subtrairão desse grupo serão as relativas aos pagamentos de amortização da dívida e a remuneração do capital próprio por meio do pagamento de dividendos (distribuição de lucro).

- **Notas Explicativas**

As notas explicativas são complementares às demonstrações contábeis, e têm por objetivo esclarecer medidas, métodos e formas adotadas para a elaboração das demonstrações, com o objetivo de sanar dúvidas que possam surgir a seus usuários. Assim versa a NBC TG 1000 em sua seção 8 item 8.1:

As notas explicativas fornecem descrições, narrativas e detalhes de itens apresentados nessas demonstrações e informações acerca de itens que não se qualificam para reconhecimento nessas demonstrações. Adicionalmente às exigências desta seção, quase todas as outras seções deste Pronunciamento exigem divulgações que são normalmente apresentadas nas notas explicativas.

O CPC PME também explica o que deve conter em sua apresentação:

8.2 As notas explicativas devem:

(a) apresentar informações acerca das bases de elaboração das demonstrações contábeis e das práticas contábeis específicas utilizadas, de acordo com os itens 8.5 e 8.7;

(b) divulgar as informações exigidas por este Pronunciamento que não tenham sido apresentadas em outras partes das demonstrações contábeis; e

(c) prover informações que não tenham sido apresentadas em outras partes das demonstrações contábeis, mas que sejam relevantes para compreendê-las.

4. METODOLOGIA

Este trabalho é uma pesquisa exploratória dedutiva. A pesquisa discorre sobre a qualidade da formação do micro e pequeno empresário e da importância do uso das ferramentas adequadas ao processo de gestão para que, assim, as micro e pequenas empresas possam superar os novos desafios do setor e estar preparadas para as novas oportunidades do mercado brasileiro.

A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de questionários em uma amostra de pequenos e médios empresários e contadores que atendem empresas desse porte.

Nas considerações finais, conforme a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, foi realizada uma análise comparativa entre as demonstrações exigidas pela nova NBC TG 1000 e as demonstrações utilizadas pelos pequenos e médios empresários no processo de gestão, a fim de identificar a suficiência de informações obtidas das demonstrações financeiras hoje

utilizadas e as agregadas pelas demonstrações exigidas pela norma. Observa-se que todos os empresários eram administradores da empresa.

A amostra, é por conveniência, não significativa, pois consiste em um ensaio, apenas, sendo que o critério foi de entrevistar pessoas conhecidas.

5. ESTUDO DE CASO

Para a realização da pesquisa, foram aplicados dois questionários com o objetivo de apurar qual a principal fonte de informação que o pequeno empresário utiliza para subsidiar o processo de tomada de decisão em sua empresa e assim identificar de que forma a utilização das demonstrações exigidas pela NBC TG 1000 poderá agregar em qualidade de informação à esse processo.

O primeiro questionário foi aplicado à uma amostra de vinte pequenos empresários. Primeiramente, foram coletados dados referentes ao perfil da empresa e do empresário para definição da amostragem entrevistada. Assim constatou-se:

Os entrevistados são responsáveis pela administração da empresa sem qualquer tipo de consultoria ou auxílio profissional.

Conforme a tabela 1, O regime de tributação adotado pela maioria das empresas é o simples nacional.

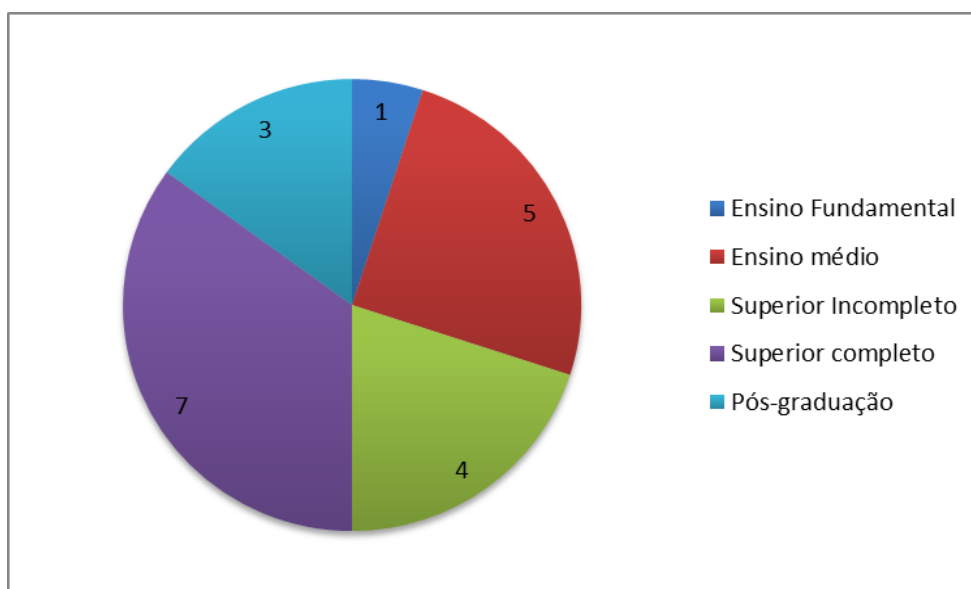
Tabela 1 – Regime de Tributação da empresa.

Regime de Tributação	Quantidade	%
Simple Nacional	18	90
Lucro Presumido	2	10
Lucro Real	0	0
Total	20	100

Fonte: dados da pesquisa.

O nível de escolaridade dos empresários varia, conforme demonstrado no gráfico 1 e na tabela 2, sendo 5% com ensino fundamental, 25% com ensino médio, 20% com ensino superior incompleto, 35% com superior completo e 15% com pós-graduação.

Gráfico 1 – Nível de Escolaridade dos empresários entrevistados.



Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 2 – Nível de Escolaridade dos empresários entrevistados.

Nível de Escolaridade	Quantidade	%
Ensino Fundamental	1	5
Ensino médio	5	25
Superior Incompleto	4	20
Superior completo	7	35
Pós-graduação	3	15
Total	20	100

Fonte: dados da pesquisa.

A tabela 3 demonstra que 85% dos administradores nunca realizou cursos de aperfeiçoamento para auxiliar na gestão.

Tabela 3 - Participação de cursos relacionados à gestão de pequenas e médias empresas.

Realizou algum curso para auxiliar na administração da empresa?	Quantidade	%
Sim	3	15
Não	17	85
Total	20	100

Fonte: dados da pesquisa.

Um fato que merece atenção é o de que 10% das empresas não possui profissional de contabilidade contratado, conforme demonstrado na tabela 4.

Tabela 4 – Empresas que utilizam serviços de profissionais da área de contabilidade

A empresa possui profissional de contabilidade contratado?	Quantidade	%
Sim	18	90
Não	2	10
Total	20	100

Fonte: dados da pesquisa.

Para alcançar os objetivos pretendidos com o questionário, foram abordadas questões referentes à utilização das demonstrações contábeis, e constatou-se que apenas 20% dos administradores utilizam demonstrações contábeis e financeiras para tomada de decisão.

Tabela 5 – Utilização das Demonstrações Contábeis

Intuição x Demonstrações Contábeis	Quantidade	%
Baseiam-se na intuição e experiências de vida (sem uso de demonstrações)	16	80
Usam algum tipo de Demonstração Contábil ou Financeira	4	20
Total	20	100

Fonte: dados da pesquisa.

Entre os entrevistados que fazem uso das demonstrações, segundo a tabela 6, a demonstração mais utilizada é a DOAR.

Tabela 6 – Demonstrações Contábeis Utilizadas

Quais demonstrações são usadas	Quantidade	%
Demonstração do resultado do exercício	3	75
Demonstração de fluxo de caixa	3	75
Balanço patrimonial	1	25
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	1	25
Demonstração do resultado abrangente	1	25
Demonstração de lucros e prejuízos acumulados	3	75
Controle de estoque	2	50
Demonstração das origens e aplicações de recursos	4	100
Notas explicativas	1	25
Demonstração do valor agregado	1	25
Total	4	100

Fonte: dados da pesquisa.

O segundo questionário foi aplicado para uma amostra de quatro contadores proprietários de escritórios de contabilidade. Inicialmente foram coletados dados referentes ao perfil do escritório para definição da amostragem entrevistada, assim constatou-se que:

Os escritórios entrevistados possuem uma carteira de clientes ativa de, em média, 175 empresas, e aproximadamente 78% da carteira é composta por pequenas e médias empresas.

Para se alcançar o objetivo pretendido, os entrevistados foram questionados sobre suas percepções em relação à gestão nas pequenas empresas, e constatou-se:

Tabela 7 - Perfil de conhecimento em contabilidade

Perfil de conhecimento em contabilidade	Quantidade	%
Sem nenhum conhecimento.	1	25
Pouco conhecimento, compreende alguns termos, mas ainda é insuficiente para à formação de opinião.	2	50
Conhecimento básico, compreende aspectos em relação aos resultados.	1	25
Conhecimento intermediário, é capaz de compreender demonstrações em geral e formar uma visão analítica sobre elas.	0	0
Conhecimento avançado, pode compreender as demonstrações e a posição patrimonial da empresa, analisa-as e forma opiniões sobre projeções das mesmas.	0	0
Total	4	100

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação à percepção dos contadores entrevistados sobre o perfil de conhecimentos de contabilidade foi observado, conforme a tabela 7, que um dos contadores possui conhecimento básico em relação aos resultados dos seus clientes, dois se consideram com pouco conhecimento e um com nenhum conhecimento.

Os contadores entrevistados percebem que menos de 10% de seus clientes pequenos e médios empresários demonstram utilizar as Demonstrações Financeiras para fins gerenciais.

Em relação à percepção dos contadores entrevistados sobre a forma que seus clientes observam as mudanças legais que obrigam a elaboração das demonstrações contábeis, notou-se que desconhecem ou discordam imaginando tratar-se de mais um artifício de fiscalização e arrecadação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada demonstrou que o atual cenário brasileiro propõe desafios às pequenas e médias empresas, e dentre eles está a harmonização com as normas internacionais ENIAC Pesquisa, Guarulhos (SP), v. 4, n. 2, jul.-dez. 2015.

de contabilidade. No entanto, este desafio, em particular, apresentou-se como um dos responsáveis por possibilitar que os pequenos e médios empresários possuam instrumentos para superar todos os demais que lhes foram propostos.

Por meio da aplicação dos questionários, observou-se que: 80% dos empresários entrevistados não fazem uso de demonstrações financeiras em suas rotinas administrativas e tomam suas decisões com base em suas percepções gerais, sendo essas, formadas por suas intuições e experiências de vida. Esta situação é ainda reforçada pela constatação dos contadores entrevistados de que apenas, aproximadamente, 10% de seus clientes de pequeno e médio porte demonstram utilizar demonstrações financeiras para tomar decisões em suas empresas.

Com os resultados obtidos é possível afirmar que esta situação não se deve ao nível de escolaridade, considerando que 50% dos empresários entrevistados tenham nível superior completo, mas é possível relacionar com a realização de cursos na área de administração, já que 15% declaram já ter feito algum.

Dessa forma, considera-se como verdadeiras as premissas da hipótese abordada no presente trabalho, que trata da suficiência de informações transmitidas pelas demonstrações financeiras utilizadas no cotidiano pelos pequenos e médios empresários para uma gestão adequada de seus negócios, e de que as demonstrações financeiras exigidas na NBC TG 1000 agregam qualidade para este processo de gestão e contribuem para a perenidade das pequenas e médias empresas.

Este conjunto de fatores permite a conclusão de que é importante que a harmonização com as normas contábeis ocorra não, apenas como mais um aspecto legal a se cumprir, mas como uma forma de mobilização que o empresário procure neste conhecimento uma melhor perspectiva de informação para a tomada de decisões no processo de gestão.

REFERÊNCIAS

AGENCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. Pequenos Negócios Encerram 2011 com Faturamento Maior. Disponível em: <<http://www.agenciasebrae.com.br/noticia/13104267/economia/pequenos-negocios-encerram-2011-com-faturamento-maior/?indice=0>> Acesso em: 12 jun 2012, 21:55:18.

BARROS, Daniel. FOGAÇA, Guilherme. **Um País de Empreendedores**. EXAME ed. 1 012, ano 46, nº 5, 21 mar 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.255/09 RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.255/09 Aprova a NBC TG 1000 – **Contabilidade para Pequenas Empresas**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosindex.php>> Acesso em: 20 mar 2012, 17:40:50.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de Balanços**. 8º ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sergio de. MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto Rubens. SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária. Aplicável à Todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 14º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis. Contabilidade Empresarial.** 5º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços. Abordagem Básica e Gerencial.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NEVES, Silvério das. VICECONTI, Paulo E. **Contabilidade Básica.** 14º ed. São Paulo: Frase Editora, 2009.

PELEIAS, Ivam Ricardo. BACCI, João. **Pequena Cronologia do Desenvolvimento Contábil no Brasil: Os Primeiros Pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade.** Revista Administração On Line: São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art0503/art5034.pdf> Acesso em: 15 ago 2012, 21:15:32.

SANTOS, Fernando de Almeida. VEIGA, Windsor Espenser. **Contabilidade: com Ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas.** Atualizado pela legislação até fevereiro de 2014 - Leis nºs 11.638/07, 11.941/09, NBC TG 1.000 (CPC-PME) e ITG 1.000. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SEBRAE-SP. As MPEs na Economia Brasileira. Disponível em: <<http://antigo.sp.sebrae.com.br/principal/conhecendo%20a%20mpe/mpes%20em%20n%C3%BAmeros/particeconbrasileira.aspx>> Acesso em: 04 nov 2012, 14:35:26.

SERASA EXPERIAN. Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações. Disponível em: <http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/falencias_concordatas.htm> Acesso em: 10 jun 2012, 00:44:12.

WARREN, Carl S. REEVE, James M. FESS, Philip E. (Tradução técnica: André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro) **Contabilidade Gerencial.** 2º ed. São Paulo: Thomson Learning, 2008.